
Contribuições de Stáline

para a Ciência Militar e Política Soviética (XXII)

Ulrich Huar

Capítulo II

A Ordem n.º 227 de 28 de Julho de 1942

A 28 de Junho de 1942, iniciou-se a ofensiva de Verão na direcção do Cáucaso. De acordo com a instrução n.º 41 para a frente germano-soviética, de 5 de Abril de 1942, o objectivo da ofensiva de Verão era a conquista da região petrolífera do Cáucaso. Dos documentos hoje conhecidos do OKW é evidente que a *Wehrmacht* já não tinha força suficiente para atacar em toda a frente, e devia por isso limitar-se ao sector Sul. Moscovo já não era mais o alvo. Stalingrado também não constituía o alvo principal, apesar de ser ainda muito importante. A cidade deveria ser «*alcançada*» ou ser destruída utilizando armamento pesado, de forma a deixar de ser «*um centro de abastecimento e armamento*».

Ainda assim, a 4 de Abril de 1942 a *Wehrmacht* tinha mais de oito milhões e 672 mil homens. No entanto também é verdade que as suas tropas nucleares já estavam, no essencial, esmagadas.¹

Na ofensiva de Verão da *Wehrmacht* fascista participaram os 2.º, 6.º e 17.º exércitos, os 1.º e 4.º exércitos blindados, o 4.º corpo aéreo, o 2.º exército húngaro e o 3.º exército romeno. A 3 de Julho, o 4.º exército blindado alcançou o Don e construiu uma cabeça-de-ponte na margem esquerda. A 4 de Julho, o 11.º exército conquistou Sebastopol, depois de longos meses de resistência das tropas soviéticas.

As unidades alemãs dividiram-se então num grupo de exércitos A, que avançou em direcção ao Cáucaso, e num grupo de exércitos B, que avançou em direcção a Stalingrado. A 6 de Julho, as tropas alemãs encontravam-se junto a Voronej.

A 12 de Julho, o QG soviético organizou a frente de Stalingrado. A 17 de Julho, o grupo de exércitos B iniciou o ataque à cidade. Começava a batalha de Stalingrado.

¹ Sobre isto veja Kurt Pätzold, *Stalingrad und kein zurück. Wahn und Wirklichkeit (Stalingrado Sem Regresso. Loucura e Realidade)*, Leipzig, 2002, capítulo 4, A instrução n.º 41, pp. 32-40.

A 19 de Julho, as unidades blindadas alemãs alcançaram o curso inferior do Don e avançaram rapidamente para o Cáucaso. A 26 de Julho, as tropas do 6.º exército chegaram à grande curva do Don, a cerca de 80 quilómetros de Stalingrado. A 23/24 de Julho, as tropas alemãs conquistaram pela segunda vez Rostov no Don.

A ofensiva de Verão não foi menos perigosa para a existência da União Soviética do que a ofensiva de 1941. Apesar de ter sofrido baixas irreparáveis no Inverno de 41/42, a *Wehrmacht* continuava a representar uma verdadeira ameaça para a União Soviética. O Exército Vermelho também tinha sofrido pesadas baixas, que também não puderam ser todas recuperadas. Na literatura de guerra soviética não existem números sobre as próprias baixas, para além de uma ou outra informação. O tenente-general Antipenko refere cerca de 300 mil mortos na 1ª e 2ª frente bielorrussa e 1ª frente ucraniana durante a operação Berlim de Abril de 1945.² É compreensível que durante a guerra não tenham sido publicados dados. Manifestamente, continuaram a existir reservas em publicá-los depois da guerra. Assim, nos relatórios dos generais só se referem baixas «*elevadas*» ou «*pesadas*». No total, calcula-se que a URSS tenha perdido cerca de dez por cento da população na Grande Guerra Pátria, cerca de 25 a 30 milhões de pessoas, nas quais se incluem as baixas na população civil nas regiões ocupadas pelos fascistas.³

Esta era, resumidamente, a situação quando foi emitida a Ordem n.º 227 de 28 de Julho do Comissariado do Povo para a Defesa.

Esta ordem só é citada parcialmente nas memórias dos generais. Refere-se, principalmente, os seus efeitos político-ideológicos e psicológicos.

A ordem mostra com impiedosa franqueza a gravidade da situação. Depois da enumeração das baixas no país, na Ucrânia, na Bielorrússia, nos países bálticos, na região de Donetsk, as perdas em pão, metais, oficinas e fábricas, os 70 milhões de habitantes que estavam cercados, segue-se a constatação de que «*não somos superiores aos alemães nem em reservas humanas, nem em reservas de cereais*». «*Mais uma retirada significa a nossa destruição e a da nossa pátria*». É «*já tempo de parar com as retiradas*». «*"Nem um passo atrás!" tem de ser a nossa consigna mais importante. É preciso sermos persistentes, defender até à última gota de sangue cada posição, cada metro de terra soviética, é preciso segurar cada pedaço de terreno e defendê-lo até ao fim.*»

As fábricas e as oficinas trabalhavam excelentemente, a frente recebia cada vez mais aviões, tanques e lança-granadas. O principal problema era a falta «*de ordem e disciplina nas companhias, batalhões, regimentos, divisões, nas unidades blindadas, nos esquadrões da força aérea*». «*Aqui reside o nosso maior erro*». «*Tem se introduzir ordem rigorosa e disciplina férrea*» nas forças armadas. Não se tolerará mais comandantes que retirem das suas posições por iniciativa própria. Da mesma forma não se permitirá que «*alguns alarmistas (...) induzam outros à retirada e assim abram a frente ao inimigo. Os pessimistas e os cobardes têm de ser imediatamente eliminados.*»

² N. A. Antipenko, *Na Direcção Principal*, Moscovo 1971/Berlim 1973, p. 287.

³ As baixas dos EUA foram de 0,2 por cento, Grã-Bretanha um por cento, Alemanha seis por cento e Polónia 25 por cento (seis milhões!) da população. *Ibidem*, p. 216.

A ordem continha indicações sobre as companhias e unidades punitivas que foram introduzidas depois da retirada no Inverno de 41/42 para reforçar a disciplina da *Wehrmacht*. Tinha sido um êxito. Os alemães combatiam agora melhor do que no Inverno, tinham «*uma boa disciplina*», apesar de só lutarem «*pelo objectivo predatório de subjugarem um país estrangeiro*». «*As nossas tropas, pelo contrário, têm o elevado objectivo de defender a sua pátria ameaçada*». As derrotas sofridas deviam-se à falta de disciplina. «*Tal fizeram os nossos antepassados, também nós temos de aprender com o inimigo para depois o vencermos.*»

Segue-se a ordem do Alto Comando do Exército Vermelho para a formação de batalhões punitivos, assim como três a cinco unidades bem armadas com até 200 homens que «*devem ser colocadas atrás de unidades de pouca confiança, com a tarefa de abater a tiro todos os desertores e cobardes, no caso de uma retirada desordenada dessas unidades, e assim apoiar todos os combatentes honestos na defesa da sua pátria*». Esta ordem foi lida em todas as companhias, esquadrões, baterias e estados-maiores.

Sessenta anos depois (!) esta ordem não deve ser avaliada e condenada segundo critérios morais abstractos, como acontece frequentemente. Também não há nenhuma razão para não a publicar.

Esta ordem é um documento histórico, que caracteriza a gravidade da situação da União Soviética em Julho de 1942. Não é a ordem que é «*bárbara*», como se pode ler em publicações burguesas e também «*de esquerda*». Bárbaro foi o assalto da *Wehrmacht* fascista à União Soviética, uma guerra de saque e conquista, que devia conduzir à «*escravatura*» dos «*sub-humanos*» «*eslavos*» e «*asiáticos*», isto é, a população da União Soviética, e até mesmo ao extermínio físico de grande parte dela. Este objectivo dos fascistas está registado e comprovado empiricamente nas regiões da União Soviética ocupadas pelos fascistas. Refira-se aqui, simplesmente, os famosos discursos à mesa de Hitler no QG do *Führer*.⁴

Os povos da União Soviética estavam, literalmente, perante a questão de Hamlet: «*Ser ou não ser*». Situações históricas excepcionais exigem medidas excepcionais.

Também não se pode comparar as medidas da *Wehrmacht* fascista para reforçar a disciplina militar com as tomadas pelo Exército Vermelho, como a ordem expressamente refere. A oposição entre uma guerra de saque e de conquista e uma guerra de libertação não pode ser esbatida com analogias entre ambos os lados, como fazem os representantes da doutrina do totalitarismo e da «*barbárie dos dois ditadores*». A distinção entre guerras justas e injustas mantém-se um axioma irrenunciável da teoria militar marxista-leninista e deve ser aplicado na avaliação histórica desta ordem.

Nesta ordem, Stáline sublinhou o carácter da guerra como de defesa da pátria. O aspecto de classe da guerra foi subordinado ao interesse nacional da defesa da pátria. A Grande Guerra Pátria foi parte da II Guerra Mundial, que Stáline, desde

⁴ Adolf Hitler, *Monologe im Führerhauptquartier, 1941-1944*, organizado e comentado por Werner Jochmann, edição especial, 2000, Munique.

o início, designou por guerra de libertação antifascista. Os Estados da coligação anti-Hitler eram, com excepção da União Soviética, Estados capitalistas. Os interesses de classe coincidiram, nesta guerra, com os interesses gerais dos povos da coligação anti-Hitler, a defesa da sua independência nacional contra a barbárie fascista. Porém, isto não significa que os governos dos Estados capitalistas desta coligação tivessem abdicado dos seus especiais interesses capitalistas. Porém, foram obrigados, também pela pressão das massas populares nos seus países, a subordinar os seus interesses específicos ao combate contra a coligação fascista. Foram as massas populares que determinaram o carácter da guerra enquanto guerra de libertação antifascista e não a oligarquia financeira dominante destes Estados.

A derrota da coligação fascista, cuja potência principal era a Alemanha fascista, constituía a condição prévia para a realização dos interesses da classe operária internacional. Este carácter antifascista da guerra foi reforçado pelo facto de comunistas lutarem na linha da frente em todos os países, assumirem um papel dominante na resistência. A União Soviética era a potência principal na coligação anti-hitleriana. Nas forças armadas soviéticas, exército e marinha de guerra, no final de 1941 já havia 1,3 milhões de comunistas, o dobro do início da guerra.⁵

Apesar de o aspecto de classe estar subordinado ao carácter antifascista da guerra, manteve-se, no entanto, latente durante toda a guerra. O carácter antifascista da guerra não impediu os governos da Grã-Bretanha e dos EUA de afirmarem os seus interesses imperialistas durante a guerra, o que se tornaria evidente especialmente na problemática do estabelecimento da segunda frente, como se mostrará mais adiante.

Júkov só se referiu de passagem à ordem n.º 227, com a observação de que previa medidas radicais para combater os alarmistas e pessoas que violassem a disciplina. A ordem condena todos os desejos de retirada. A consigna «*Nem um passo atrás!*» tinha de se transformar em lei férrea das tropas. A eficácia da ordem foi apoiada através do trabalho político.⁶

O comandante-em-chefe do 47.º Exército no Cáucaso, major general Gretchko (mais tarde marechal da União Soviética) escreveu:

«A ordem de Stáline teve uma importância enorme para o reforço da situação político-moral das forças armadas, para a educação no espírito da disciplina e ordem militares férreas, assim como para a defesa obstinada.

Para cumprir esta ordem, foi necessário, num curto espaço de tempo, consciencializar cada soldado e cada oficial destas exigências. Para realizar este trabalho, a administração política da frente e os departamentos políticos das forças armadas enviaram muitos quadros políticos para as unidades, que, em conjunto que os comandantes, esclareciam convincentemente os soldados sobre as exigências e a necessidade da ordem.

Por todo o lado, nos grupos ou nas unidades, realizaram-se reuniões do Partido e do Komsomol nas quais se aprovaram resoluções sobre o reforço da disciplina militar e a luta contra os alarmistas. Para além disso, nas unidades, os

⁵ Júkov, Tomo II, *ibidem*, p. 16.

⁶ *Idem*, *ibidem*, p. 15.

quadros do Partido promoviam seminários em que discutiam as formas concretas e métodos para explicar as exigências fundamentais da ordem. Os promotores destas iniciativas, cuja origem era a exigência do Partido “Nem um passo atrás!”, foram os comunistas. Falavam sobre a situação difícil na frente, sobre o perigo que ameaçava a pátria soviética e apelavam à responsabilidade dos membros das forças armadas perante a necessidade de reconhecer que estava em jogo o destino do país e a existência do estado soviético, a vida dos povos da URSS.»⁷

O general Tchuikov, comandante-em-chefe do 62.º Exército em Stalingrado (mais tarde marechal da União Soviética) recordou que a ordem n.º 227 «desempenhou um papel importante no trabalho político daqueles dias. Sem rodeios, falava-se do agravamento da situação e do que tinha de ser feito para afastar o perigo.»⁸ Tchuikov cita pormenorizadamente passagens importantes da ordem.

«Assim que as forças armadas tomaram conhecimento da ordem de ocupar posições defensivas, comandantes e quadros políticos juntaram-se aos soldados e marcharam com eles para os postos mais avançados, superando em marchas forçadas a vastidão das estepes. Os quadros políticos explicavam as tarefas que se colocavam às forças armadas, explicavam a táctica e os métodos do adversário. A ordem n.º 227 marcou uma nova etapa no trabalho político. Agora, sem disfarçar nada, os quadros políticos explicavam aos soldados qual era a situação real e exigiam que todas as ordens fossem cumpridas estritamente. Os comandantes de todos os níveis reconheceram que a retirada já não era solução. Seria ingénuo pensar que a mudança na mentalidade dos soldados foi provocada pela ordem. Esta apenas expressava o que desde o início da campanha de Verão tinha amadurecido em todos nós. Por si só a ordem não teria produzido qualquer efeito se centenas de milhares de homens não tivessem tomado consciência da nossa trágica situação. Dor, raiva e amargura dominavam os nossos soldados nos dias da difícil retirada. Muitos dirigiram-se a mim. “Que no ano passado tenhamos retirado, compreende-se”, diziam. “O ataque surpresa, a perda de muitos aviões e tanques, mesmo antes de termos começado a combater... Mas agora temos tanques, aviões, armas, podemos parar o inimigo. Então porque retiramos?”

Nesses dias, o estado-maior já conhecia reacções do adversário a esta ordem. Seria de supor que ficasse pelo menos preocupado, apesar de estar consciente do seu poderio e da sua superioridade. Aconteceu o contrário. O comandante de um corpo alemão, por exemplo, comunicou aos seus soldados que a ordem de Stáline era insignificante para o desenrolar dos acontecimentos militares. Porém, poucos dias depois, o general teve de se emendar. Numa segunda ordem, avisou os seus oficiais de que tinha de se contar com uma resistência russa reforçada. O antigo oficial fascista Hans Doerr escreveu que a partir de 10 de Agosto se constatou uma maior resistência do adversário.»⁹

⁷ Gretchko, *ibidem*, p. 77.

⁸ V. I. Tchuikov, *Die Schlacht des Jahrhunderts* (A Batalha do Século), Moscovo, 1975/Berlim, 1982, p. 50.

⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 52 e seg.

O general Bagramian, comandante-em-chefe do 16.º Exército na Frente Ocidental, declarou que a ordem n.º 227 estava «no centro» do trabalho político. «Os comandantes e os quadros políticos explicaram aos soldados o conteúdo desta ordem para que todos, desde o simples soldado ao general, compreendessem a gravidade da situação no Sul. As palavras simples e certeiras deste documento não deixavam ninguém indiferente. Provocavam a ambição indomável de combater o odiado adversário até à última gota de sangue.»¹⁰ A ordem teve «uma influência essencial no moral dos nossos soldados e oficiais».¹¹ «Em poucos dias, a ordem tomou conta do nosso pensamento e das nossas emoções (...) Nenhum sector das tropas saiu da sua posição sem ordem.»¹²

É de assinalar que, nos excertos sobre a ordem n.º 227 incluídos nas memórias dos generais, não se referem as instruções sobre a constituição de companhias punitivas e tribunais de guerra para fuzilar «desertores» e «cobardes», as quais não podiam passar despercebidas. Da ordem resulta claramente que havia cobardes, alarmistas e desertores entre os soldados e oficiais do Exército Vermelho.

As rigorosas medidas punitivas, determinadas pela situação, eram o complemento necessário ao apelo à honra dos soldados e dos oficiais. Nenhum exército do mundo, até hoje, passou sem uma justiça militar, em que o rigor das leis corresponde às condições concretas dos combates. Enquanto existirem classes, luta de classes, estados e exércitos, enquanto a guerra for a normalidade do imperialismo, haverá também no futuro justiça militar, tribunais de guerra, pelo que se deve fazer a diferença de acordo com o conteúdo de classe, segundo o carácter de classe do Estado e do exército. Sob este aspecto de classe não há nenhuns «*sinais de igualdade*» entre os tribunais de guerra da União Soviética e os da Alemanha fascista.

¹⁰ Bagramian, *ibidem*, p. 124.

¹¹ *Idem*, *ibidem*, p. 128.

¹² *Idem*, *ibidem*, p. 130.